

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

Título: Leilão de energia elétrica tem desconto de 59% 2

Folha de S. Paulo

Título: Preços de energias solar e eólica atingem menor valor da história 6

Valor Econômico

Título: ANP quer levar a leilão áreas restantes do pré-sal 15

Título: Bloco faz esforço para aumentar uso de fontes renováveis 25

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 2

Título: Leilão de energia elétrica tem desconto de 59% 2

Título: Prejuízo dá força à privatização da Eletrobrás 3

VEÍCULO: Folha de S. Paulo 4

Título: Nova lista de sobretaxas da China contra os EUA beneficia o Brasil 4

Título: Preços de energias solar e eólica atingem menor valor da história 6

Título: Petrobras reduz em 4,4% preço do gás de botijão 8

VEÍCULO: Correio Braziliense 9

Título: Cai preço do gás de cozinha 9

Título: Sob ameaça de ciberataques, setor elétrico quer segurança 9

Título: "Black Energy" causou apagão na Ucrânia 11

VEÍCULO: Valor Econômico 13

Título: Contando os dias até o fim do ano 13

Título: ANP quer levar a leilão áreas restantes do pré-sal	15
Título: Preços em leilão A-4 reforçam tendência de queda de custos	16
Título: Fabricante de equipamento já esperava resultado fraco	19
Título: Leilão de porto no Pará deve atrair Liquigás	20
Título: Curtas	21
Título: Siderúrgicas perdem mercado para importado	22
Título: Reflexo no mercado de etanol é incerto	24
Título: Bloco faz esforço para aumentar uso de fontes renováveis	25

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Luciana Collet

Título: Leilão de energia elétrica tem desconto de 59%

No total, 39 projetos foram contratados e devem representar investimentos de R\$ 5 bilhões; usinas eólicas tiveram o menor preço da disputa.

O governo federal contratou ontem, por meio de leilão, 39 empreendimentos de geração de energia elétrica, que vão gerar investimentos de R\$ 5,27 bilhões no País. A licitação, realizada em São Paulo, teve deságio de 59% e foi comemorada pelo governo por causa do baixo preço conseguido em algumas fontes de energia, como as eólicas, negociadas a R\$ 67,6 o megawatt hora (MWh). “Estamos satisfeitos com o resultado”, disse o diretor da agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Tiago de Barros Correia, após a disputa. Segundo ele, por causa do “desconto expressivo”, foi possível contratar toda demanda indicada pelas distribuidoras. A declaração foi ratificada pelo **secretário Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Eduardo Azevedo.**

Os dois executivos destacaram que o sucesso do leilão, num dia tenso como o de ontem – por causa da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) envolvendo a possível prisão do ex-presidente Lula –, “mostra uma resiliência grande do setor elétrico”, que envolve projetos e contratos de longo prazo. Energia do sol. Apesar da energia eólica ter apresentado o menor preço, o destaque novamente ficou com as usinas solares, que somaram 29 empreendimentos de

228,5 MW médios – 64% do total leiloado de 356 MW médios. Nesse caso, o preço médio foi de R\$ 118,07 o MWh. Também foram contratadas 4 hidrelétricas (R\$ 198,18 o MWh); 2 usinas térmicas movidas a biomassa; e 4 eólicas (R\$ 67,6). Todas devem entrar em operação a partir de 1º de janeiro de 2022.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Prejuízo dá força à privatização da Eletrobrás

Travado no Congresso, o projeto de privatização da Eletrobrás pode ganhar alento com a divulgação do prejuízo de R\$ 1,7 bilhão em 2017 e de R\$ 28 bilhões em seis anos, como mostrou o Estado. Bastaria essa informação para mostrar à opinião pública que a Eletrobrás representou, nos últimos anos, um sorvedouro de recursos públicos, em benefício de feudos políticos que se serviram da estatal durante a administração lulopetista. Mas os adversários da privatização tentam retardar a venda da empresa, por maiores que tenham sido os cuidados do governo Temer quanto à preservação do patrimônio público. O prejuízo registrado pela estatal em 2017 se deveu, em sua quase totalidade, ao segmento de distribuição, que mostrou um déficit de R\$ 4,17 bilhões.

Entre as controladas da Eletrobrás estão as concessionárias de distribuição das Regiões Norte e Nordeste, onde se concentram os problemas. Ao contrário do que ocorreu na Petrobrás, não bastou a indicação de gestores com experiência privada para dar um novo rumo à empresa, obrigada a fazer vultosas provisões operacionais relativas a empréstimo compulsório e impairment (redução do valor recuperável de ativos) em seu balanço. O projeto de privatização da Eletrobrás é parte da agenda econômica prioritária do governo Temer, mas avança lentamente na Câmara dos Deputados. Parte do problema, segundo o relator, deputado José Carlos Aleluia, decorre da desarticulação da base aliada do governo. As resistências vêm mais das bancadas do Nordeste e de Minas Gerais, onde estão subsidiárias da Eletrobrás.

A privatização também sofre questionamentos no Tribunal de Contas da União (TCU) e na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Junior, prepara a estatal para a privatização. Sua gestão recuperou receitas e melhorou os resultados operacionais, mas decisões administrativas incomodam os políticos que se serviam da estatal para indicar amigos e parentes. Foram demitidos 100 funcionários que trabalhavam em cargos comissionados por indicação política. Caiu de 2,1 mil para cerca de 1,3 mil o número de funcionários concursados que ocupavam cargos com direito a

gratificações. Cabe ao governo mobilizar a base aliada e afastar os obstáculos à privatização, que não são só de cunho ideológico.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: ESTELITA HASS CARAZZAI - WASHINGTON

Título: Nova lista de sobretaxas da China contra os EUA beneficia o Brasil

Contraofensiva de Pequim inclui soja, milho, carne e suco de laranja, destaques da pauta brasileira

Para especialistas em comércio exterior, produtores de toda a América Latina tendem a ganhar no curto prazo

Um dia depois de os Estados Unidos terem anunciado uma extensa lista de produtos chineses a serem tarifados, a China divulgou nesta quarta (4) a sua lista de retaliação, com soja, carne, milho, suco de laranja e outros produtos americanos que pretende sobretaxar — numa escalada da guerra comercial entre as duas potências econômicas.

A medida pode acabar beneficiando o Brasil e outros exportadores da América Latina, como a Argentina e o Paraguai. São países com boa competitividade em produtos agrícolas, que estão entre os principais itens do rol de retaliação chinês e que podem substituir as importações americanas.

"A tendência para a América Latina é positiva", disse à Folha Margaret Myers, diretora do programa latino-americano do Inter-American Dialogue e especialista na relação da região com a China.

Atualmente, o Brasil é o principal exportador de soja para a China. Os EUA vêm logo atrás, e vendem quase um terço de sua produção aos chineses. A soja brasileira, portanto, seria uma substituta natural do produto americano, assim como a carne. Além desses produtos, milho, sorgo, trigo, algodão e tabaco também estão na lista das potenciais sobretaxas.

Analistas e investidores avaliam que, embora os chineses ainda dependam das importações dos EUA para suprir a demanda interna, mesmo com as sobretaxas, a medida deve "favorecer produtores da América Latina em detrimento de norte-americanos", conforme afirmou o banco Goldman Sachs, em comunicado a clientes.

Mas ainda não dá para comemorar: as listas anunciadas nesta semana são de negociações em andamento. Nenhuma tarifa foi aplicada, e a China nem sequer anunciou a data em que elas começariam a valer.

"Há uma cenoura na ponta da vara", afirmou Larry Kudlow, principal assessor econômico da Casa Branca, fazendo referência às negociações com os chineses. "É parte do processo. Queremos resolver isso com o menor impacto possível."

Mesmo que as sobretaxas sejam confirmadas, a transferência de mercado para o Brasil e outros latino-americanos não é automática, como destaca André Soares, pesquisador associado do Atlantic Council. "Nossas vantagens competitivas são limitadas", afirma.

Soares também desconfia de uma tarifa da China sobre a soja americana, em função da grande dependência do país das importações. Para ele, o anúncio pretende apenas forçar os EUA a negociarem.

"Eu não acho que a China iria querer ficar dependente do Brasil; isso vai contra a estratégia de segurança alimentar do país", comenta.

Nem se a China comprasse toda a soja exportada pelo Brasil no ano passado, conseguiria suprir a demanda interna. Por isso, precisa buscar o produto em uma gama de países —inclusive nos EUA, independentemente de tarifas.

GUERRA

O governo de Donald Trump tem promovido uma investida contra o poderio econômico chinês, que já qualificou como "uma ameaça ao poder, à influência e aos interesses americanos".

A recente disputa de tarifas foi iniciada há duas semanas, depois de uma investigação do governo dos EUA apontar que os chineses se apropriaram de tecnologia americana de forma desleal, investindo em empresas no país e exigindo a transferência de conhecimento para suas companhias. A China disse estar aberta a negociar. Mas afirmou que ninguém poderia esperar que o país "engula uma fruta amarga".

Nesta quarta, setores produtivos dos EUA se queixaram da guerra de tarifas, e manifestaram preocupação com os seus efeitos sobre a economia do país. Além de produtos agrícolas, também estão na lista de potenciais sobretaxas veículos do tipo SUV, motores, aviões e uísque — que atingem setores caros ao próprio Trump, em termos eleitorais.

A gigante Cargill, maior empresa de venda de grãos do mundo, afirmou em nota que a briga "entre as duas maiores economias do mundo pode levar a uma destrutiva guerra comercial com sérias consequências para o crescimento econômico e a criação de empregos".

Mas o governo americano minimizou a queda de braço. "Não é uma Segunda Guerra Mundial", disse o secretário americano de Comércio, Wilbur Ross, em entrevista à CNBC. "Até mesmo tiroteios se encerram negociações."

A Casa Branca argumenta que está concentrada em efeitos econômicos de longo prazo, a fim de recuperar a competitividade americana. Mas reiterou que está aberta a negociar.

Para Myers, isso só será possível se os chineses derem o primeiro passo. "O adulto na sala, a essa altura, é a China", afirma.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Preços de energias solar e eólica atingem menor valor da história

Leilão para instalação de novos projetos de geração surpreende e atrai R\$ 5 bi em investimentos

Deságios para a venda da produção chegou a 70%; há casos em que o valor final é inferior ao de projetos hídricos

DA REUTERS- Um leilão promovido pelo governo nesta quarta-feira (4) para contratar novos projetos de energia ignorou a tensão política dos últimos dias e conseguiu atrair investidores interessados em aportar mais de R\$ 5 bilhões na construção de cerca de 1 GW (giga-watt) em novas usinas, além de registrar uma redução recorde nos preços de venda futura dos empreendimentos.

Foram registrados os mais baixos preços da história para a comercialização de energia solar e eólica, ultrapassando marcas vistas ainda no final de 2017, quando essas fontes renováveis já haviam surpreendido especialistas ao alcançar preços inferiores até mesmo aos de hidrelétricas.

"O leilão foi muito bem sucedido. A instabilidade política, o risco político, não influenciou", disse a jornalista o **secretário de Planejamento do Ministério de Minas e Energia, Eduardo Azevedo**, em coletiva de imprensa após o final do evento.

"Curiosamente, isso mostra uma resiliência muito grande. O setor elétrico fez um leilão de sucesso em uma semana talvez um pouco conturbada das notícias. O investidor entrou sabendo o que estava precificando", disse o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Tiago de Barros.

Os projetos do pregão precisarão entrar em operação até janeiro de 2022. Os vencedores assinarão contratos de venda da geração às distribuidoras de eletricidade locais por prazos de 20 anos, para projetos eólicos e solares, e 30 anos para usinas hídricas e de biomassa.

COMPETITIVOS

As solares, que responderam por quase 80% da energia negociada no certame, com 806,6 MW (megawatts) em capacidade, praticaram preços entre R\$ 117 e R\$ 118 por MWh (megawatt hora). Os valores representam deságio de cerca de 60% frente ao teto definido para a fonte e bateram de longe os R\$ 143,50 do recorde anterior.

As eólicas, com 114,4 MW em projetos, tiveram deságio de mais de 70%, com a venda da produção futura por R\$ 67,60 — contra cerca de R\$ 97 no ano passado. O pregão contratou ainda 61,8 MW em térmicas a biomassa e 41,6 MW em pequenas hidrelétricas, com deságios expressivos de 40% e 30%, respectivamente. O deságio médio da licitação, se consideradas todas as fontes, foi de 59%.

Antes do certame, consultorias esperavam uma contratação mais próxima à da vistas no ano passado, entre 500 e 600 MW em capacidade. Mas segundo Barros, da Aneel, a capacidade negociada ao final foi maior devido a um foco nos projetos solares, que têm produtividade inferior às demais fontes.

"Mesmo com a demanda baixa, ainda com reflexo da economia desaquecida, a gente viabilizou investimentos em um montante bastante expressivo, o que é razão para comemorar", afirmou.

Azevedo, do Ministério de Minas e Energia, afirmou que a contratação mais expressiva dos empreendimentos solares deve-se a uma recente decisão de não incluir projetos solares no próximo certame, previsto para agosto. Nessa data, vão à negociação projetos A-6, termo que no jargão do setor elétricos que indica que os projetos devem começar a oferecer energia em seis anos.

"Chegamos à conclusão de que o leilão A-6 não deve ter solar, então privilegiamos ela no A-4 [entrega de energia em quatro anos]", disse. Ele também disse que o governo procurará priorizar projetos apresentados no

Plano Decenal de Energia, de modo a garantir uma maior previsibilidade e atrair os investidores.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA - DO RIO

Título: Petrobras reduz em 4,4% preço do gás de botijão

A Petrobras anunciou nesta quarta-feira (4) corte de 4,4% no preço do gás de cozinha vendido em botijões de 13 quilos, mais usado por residências. É o primeiro ajuste sob a nova política de preços para combustível, anunciada em janeiro após uma sequência de altas no segundo semestre de 2017.

Com o corte, o preço do gás de botijão nas refinarias acumula queda de 8,2% em 2018 — em janeiro, ao anunciar a mudança na política, a Petrobras já havia reduzido o preço em 5%. A queda, porém, ainda está longe de compensar os 75% de alta nas refinarias desde junho de 2017, quando a estatal passou a reajustar os preços mensalmente.

A companhia não faz mais projeções sobre qual será o valor da queda para o consumidor. O valor cobrado pelas refinarias corresponde a 35% do preço final do produto — o restante é formado por impostos e margens de distribuidores e revendedores. Com a nova política, os reajustes passaram a ser trimestrais. A Petrobras alega que, assim, reduz o repasse ao consumidor de volatilidades nas cotações internacionais.

Em 2017, o preço do produto ao consumidor final subiu 16,4%, com relação ao praticado no fim de 2016, já descontada a inflação.

Segundo o Sindicato das Empresas Distribuidoras de GLP (gás liquefeito de petróleo, o gás de cozinha), após o corte desta quarta, o preço do gás para botijões de 13 quilos no país fica 2,2% acima da paridade de importação, indicador que soma a cotação internacional e os custos de trazer o combustível para o Brasil.

O produto vendido em grandes vasilhames ou a granel teve o preço elevado pela última vez em 26 de março (4,7%) e está 41,8% mais caro do que o vendido em embalagens de 13 quilos.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Economia**Autor:** Anna Russi**Título:** Cai preço do gás de cozinha

A Petrobras anunciou ontem redução média de 4,4% do gás de cozinha, o GLP residencial. A partir de hoje, o produto será vendido, nas refinarias, por R\$ 22,13, preço diferente do cobrado ao consumidor, que inclui as margens de distribuidores e revendedores. O ajuste do produto passou a ser trimestral em janeiro, para reduzir a transferência de volatilidade do mercado internacional para o bolso do brasileiro. A estatal anunciou ainda queda de 0,8% para o litro da gasolina, que passará a vender por R\$ 1,6448, e alta de 0,6% para o diesel, que passa a custar R\$ 1,8696 nas refinarias.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Economia**Autor:** Paula Pacheco**Título:** Sob ameaça de ciberataques, setor elétrico quer segurança

Rio de Janeiro — Há cerca de um ano e meio, a Eletrosul, empresa pública controlada pela Eletrobras com atuação nas áreas de geração e transmissão de energia na Região Sul e em Mato Grosso do Sul, decidiu colocar em prática algumas ações para se proteger de ciberataques. Naquela época, relata o diretor de Operações Rogério Bonnie, a empresa percebeu que o setor de energia apresentava fragilidades em relação a esse tipo de ameaça e se tornava alvo fácil de ataques de hackers.

Uma das medidas adotadas naquele momento foi separar as redes de telecomunicações usadas pela empresa. Uma delas passou a ser dedicada apenas à comunicação corporativa (utilizada para a troca de e-mails e pelo sistema administrativo, por exemplo), enquanto a outra rede se tornou de uso exclusivo para a operação do sistema de geração e transmissão de energia. Com isso, a companhia conseguiu minimizar os riscos de invasão de hackers à parte mais sensível da operação.

Um ano atrás, houve uma tentativa de invasão do sistema da Eletrosul, mas sem sucesso, segundo Bonnie. Ações como essa têm várias motivações. Vão desde a tentativa de fraudar a medição do consumo de energia de uma empresa, passando pelo roubo de dados da empresa (ou de seus clientes), que pode incluir pedidos de resgate para que o ataque seja suspenso.

Há também motivações ligadas ao ciberterrorismo ou à política, como a interrupção de energia motivada por um protesto ou com o objetivo de causar danos aos ativos da concessionária. Em muitos casos, o consumidor final nem chega a perceber algum problema na prestação de serviço da companhia, mas até uma variação de energia quase imperceptível pode ser causada pela ação de um hacker na rede elétrica.

O tema da segurança das redes no setor foi levado à Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), conta o executivo. A entidade criou uma espécie de força-tarefa para discutir como as empresas podem se proteger de ciberataques. “O setor precisa de uma padronização para evitar que cada companhia se proteja de um jeito, o que acaba deixando muitas delas ainda expostas aos riscos”, explica. O plano da associação é ter até o fim do ano um documento com propostas para unificar os procedimentos de proteção no setor elétrico.

A UTC América Latina (UTCAL), associação voltada a empresas e profissionais de telecomunicações das áreas de energia, gás e água, segue na mesma direção da Abrate e também vem defendendo, há cerca de dois anos, que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o Ministério de Minas e Energia criem uma espécie de manual de conduta para minimizar os riscos de ataques cibernéticos no Brasil.

Esse tipo de discussão sobre regras para proteção de redes de energia de ataques cibernéticos, explica Dymitr Wajzman, presidente da UTCAL, começou a ocorrer nos Estados Unidos há pelo menos dez anos e logo depois na União Europeia. Ambos já têm protocolos de segurança que devem ser obrigatoriamente seguidos pelas empresas. “Imagine os efeitos de um ataque cibernético que, por exemplo, deixe uma cidade no escuro por horas, com as pessoas sem condições de se deslocar, hospitais e outros serviços essenciais suspensos e o risco de aumento de furtos e até de assassinatos”, lembra Wajzman. “É um perigo muito grande”, alerta.

Estudo

A entidade encomendou um estudo junto ao CPqD que mostra o impacto desse tipo de ação de hackers. Em uma simulação de ataque que abalasse durante cinco horas o abastecimento de energia das empresas CEB-DIS, Cemig-D, Eletropaulo e Light, o prejuízo seria de R\$ 642 milhões. “Hoje percebemos que falta uma regra comum para padronizar as ações contra a ação de hackers. E sem um programa governamental, as empresas preferem não compartilhar seus dados, o que dificulta muito o diagnóstico e a prevenção do problema”, explica.

Além de um programa de segurança para o setor elétrico, a UTCAL defende que a Aneel autorize que parte do valor aplicado pelas empresas de geração, transmissão e distribuição de energia para pesquisa e desenvolvimento (P&D) seja usado em segurança de redes. Por lei, elas são obrigadas a investir 1% de suas receitas nesses projetos. Hoje, segundo Wajsman, muitas companhias do setor de energia vêm enfrentando dificuldades de caixa e poderiam ter nessa flexibilização do uso dos recursos de P&D em programas de cibersegurança uma forma de se protegerem e, ao mesmo tempo, atenderem a exigência da lei.

De acordo com o representante da UTCAL, muitas empresas têm sentido dificuldade em investir em P&D por falta de projetos que atendam as exigências da Aneel. Quando elas não utilizam os recursos previstos em lei, são obrigadas a destinar o que sobrar para a agência.

Para Carlos Alberto Calixto Mattar, superintendente de Regulação dos Serviços de Distribuição da Aneel, uma alternativa para as empresas é que elas desenvolvam projetos de P&D ligados a cibersegurança. Assim, poderiam aproveitar os recursos obrigatórios na proteção de suas redes.

Segundo o superintendente, por enquanto a discussão sobre essa flexibilização do uso dos recursos dos projetos de P&D para evitar ciberataques ainda não está entre as prioridades da Aneel. “Não temos prazo para discutir a possível aprovação dessa mudança”, diz. No mês passado, uma falha técnica causou um apagão de aproximadamente três horas no Norte e no Nordeste. Só nesse evento, segundo Wajsman, o prejuízo teria chegado a cerca de R\$ 77 milhões.

Para o presidente da UTCAL, ações de hackers (não foi o caso do apagão ocorrido em março) podem ter alcance em toda a cadeia da empresa de energia. Há o risco, por exemplo, de corte de comunicação entre ela e os clientes ou, em um caso extremo, interrupção do abastecimento elétrico por tempo indeterminado. Esse tipo de ameaça começou a se intensificar nos últimos anos por conta do avanço dos sistemas digitais nas empresas do setor. A começar dos medidores de energia nas residências, que não são mais analógicos, mas sim digitais e interligados a centrais das distribuidoras

*A jornalista viajou a convite da UTCAL Summit 2018

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Paula Pacheco

Título: "Black Energy" causou apagão na Ucrânia

Rio de Janeiro – A Ucrânia foi vítima de dois graves ciberataques à sua rede elétrica em um intervalo de dois anos. O primeiro deles foi em dezembro de 2015. O segundo ocorreu em dezembro de 2017. O ataque cibernético causou um apagão e também o corte de uma parte do abastecimento de energia da capital do país, Kiev, e foi feito por hackers.

O malware que causou o apagão é o “Black Energy”. Apesar dos estragos, empresas da área de segurança informaram na época que o ataque de 2017 foi menos agressivo (durou cerca de uma hora) que o de 2015, quando os invasores conseguiram destruir os terminais dos operadores e impossibilitaram que o sistema fosse reparado de forma remota. A solução foi que os técnicos fossem até as subestações para religar o abastecimento de energia. Autoridades ucranianas culpam a Rússia pelos incidentes.

Em 2016, os russos também foram acusados de um ataque a uma estatal do setor elétrico dos Estados Unidos. O vírus foi localizado em um notebook e isolado para que não contaminasse o sistema e afetasse o abastecimento de energia.

As ações de cibercriminosos também afetaram o setor de energia nuclear. Em 2014, hackers chegaram a divulgar dados sobre usinas nucleares da Coreia do Sul. Os norte-coreanos foram acusados, mas nada se provou. Na ocasião, a Korea Hydro and Nuclear Power (KHNP) e o governo informaram que apenas dados considerados “não críticos” foram roubados e que não houve risco para as instalações nucleares do país. (PP)

Os maiores motivadores de ataques cibernéticos

Econômicos:

- fraude na medição de energia
- roubo ou bloqueio de dados com pedido de resgate

Políticos:

- interrupção de energia por ciberterroristas
- danos nos ativos da concessionária
- danos a outras infraestruturas críticas

Fonte: UTCAL

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Ribamar Oliveira****Título: Contando os dias até o fim do ano**

O Brasil já está em pleno jogo eleitoral. A comemoração do governo, na terça-feira passada, pela derrota do presidente Michel Temer, que viu derrubados os vetos que fez ao Refis das dívidas tributárias das micro e pequenas empresas e ao Refis das dívidas previdenciárias dos produtores rurais, é a melhor expressão do momento que vivemos.

A partir de agora, como lembrou uma autoridade com larga experiência na administração pública, os ministros que permaneceram no governo e aqueles que entraram para substituir os que concorrerão a cargo eletivo ficarão contando os dias até o fim do ano, pois não há muito o que fazer.

Na área econômica, resta apenas um projeto de lei de grande relevância para ser apreciado pelos deputados e senadores. É aquele que permite a privatização da Eletrobras, com o qual o governo espera arrecadar R\$ 12,2 bilhões e está incluído na previsão oficial de receita deste ano. As informações disponíveis, no entanto, indicam que o projeto não será apreciado neste ano, ou, pelo menos, não antes das eleições. Dependendo de quem for eleito, o projeto poderá voltar à pauta e ser votado.

Receita do petróleo vai salvar mais uma vez a União

Resta à nova equipe econômica encaminhar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que terá que definir a maneira como será cumprida a chamada "regra de ouro" em 2019. A Constituição determina que o governo só pode aumentar o endividamento para pagar despesa de capital, ou seja, não pode fazer dívida para pagar despesas com pessoal, com a educação, saúde, custeio da máquina, etc. Esse mecanismo foi chamado de "regra de ouro".

Como o governo federal vem registrando déficits primários elevados desde 2014, a regra de ouro só está sendo cumprida com ajuda de arranjos contábeis, como o uso dos pagamentos antecipados pelo BNDES dos empréstimos feitos no passado recente pelo Tesouro. A solução que está sendo estudada pela área econômica para cumprir a regra de ouro em 2019 é a grande surpresa que ainda irá ocorrer antes das eleições.

É possível também que o presidente Michel Temer tenha que editar medida provisória para desvincular recursos depositados na conta única do Tesouro. Esta é uma das formas encontradas pelos técnicos da área econômica para

cumprir a regra de ouro neste ano. Temer deve também acabar com o Fundo Soberano do Brasil, permitir o cancelamento mais expressivo de restos a pagar e o repasse para o Tesouro das disponibilidades do extinto Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND).

O governo não tem muito o que lamentar nas recentes derrotas registradas no Legislativo e no Judiciário. O Supremo Tribunal Federal (STF) não julgou a tempo a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra a medida provisória 805, que adiou o reajuste salarial dos servidores do Executivo e elevou para 14% a alíquota previdenciária dos funcionários que ganham acima do teto do INSS. A MP perderá validade no próximo dia oito.

O prejuízo com a não aprovação da MP 805 já tinha sido incorporado à programação orçamentária e financeira do governo, no início de fevereiro, por causa da liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski à ADI. Por isso, o governo deixou de considerar, em suas contas, a receita de R\$ 2,2 bilhões que seria obtida com a elevação da alíquota previdenciária e a redução de R\$ 4,4 bilhões nos gastos com o adiamento do reajuste.

A mesma coisa aconteceu com a medida provisória 806, que mudou a tributação do imposto de renda nas aplicações em fundos de investimento. A receita prevista com essa MP era de R\$ 6 bilhões. Mas como ela não foi aprovada antes do fim do ano passado, as mudanças no IR não teriam validade neste ano. Mesmo que ela fosse aprovada pelo Congresso neste ano as novas regras só seriam válidas em 2019. No início de fevereiro, a receita foi excluída da previsão oficial.

O fato que precisa ser considerado é que, nos primeiros dois meses deste ano, a receita do governo federal foi R\$ 15,7 bilhões maior do que estava previsto na primeira programação orçamentária e financeira (decreto 9.276), mesmos com as frustrações. A programação previa uma receita total de R\$ 246,7 bilhões no primeiro bimestre deste ano e a arrecadação efetiva foi de R\$ 262,4 bilhões, de acordo com os dados do Tesouro.

A receita acima do previsto permitiu ao governo incorporar em suas contas, com sobras, a frustração pela não aprovação do projeto de lei que reonerava a folha de pagamentos de empresas de 25 setores da economia. Isso foi feito em março, quando a área econômica reduziu a sua previsão para a receita previdenciária neste ano em R\$ 7,5 bilhões. Ao mesmo tempo, elevou em R\$ 2,1 bilhões a previsão para a arrecadação da Cofins.

Se houve uma receita adicional de R\$ 15,7 bilhões no primeiro bimestre, em relação ao que estava inicialmente projetado, a questão agora é saber como vai ser a arrecadação até o fim deste ano. Na semana passada, o governo já obteve

um ganho adicional expressivo com o leilão da 15ª rodada de concessão de petróleo. Ele tinha previsto uma receita de apenas R\$ 3,595 bilhões com a 15ª rodada e com a 4ª rodada de partilha de produção do pré-sal, que será realizada em junho.

Somente com a 15ª rodada, a receita obtida foi de R\$ 8 bilhões, mesmo sem leiloar os dois blocos mais promissores, que foram retirados do leilão por exigência do Tribunal de Contas da União (TCU). Agora, o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, já fala em arrecadar R\$ 11 bilhões com a 15ª e 4ª rodadas.

Ontem, a ANP informou que vai propor ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) que, além das áreas excluídas da 15ª rodada de licitações e da área de Saturno, que estava prevista para 4ª rodada de partilha, as áreas de Tartaruga Verde e de Pau Brasil também sejam incluídas na 5ª rodada de partilha da produção, que será realizada ainda neste ano. O governo poderá realizar ainda o leilão dos blocos da área da cessão onerosa da Petrobras.

Todas essas receitas adicionais com o petróleo serão mais do que suficientes para compensar a perda de receita com a não aprovação do projeto de lei de privatização da Eletrobras. A receita com o petróleo vai, mais uma vez, salvar as contas da União.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: ANP quer levar a leilão áreas restantes do pré-sal

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) quer voltar a licitar este ano as áreas de Pau Brasil (Bacia de Santos) e a área unitizável de Tartaruga Verde (Bacia de Campos). Os dois ativos foram oferecidos ao mercado nos leilões de partilha do pré-sal de 2017, mas não houve, na ocasião, ofertas pelas áreas.

A ideia é que Pau Brasil e a área da União adjacente ao campo de Tartaruga Verde sejam incluídas na 5ª Rodada de partilha do pré-sal, que também ofertará Saturno (inicialmente prevista para a 4ª Rodada, de junho) e os dois blocos da Bacia de Santos (S-M-534 e S-M-645) retirados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) da 15ª Rodada, na semana passada.

Na terça-feira, o secretário de petróleo e gás do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix, já havia antecipado que o governo poderia incluir "mais uma ou duas áreas" na 5ª Rodada. A expectativa do MME é obter mais R\$ 10 bilhões na 4ª e 5ª rodadas de partilha deste ano, sem contar o leilão dos excedentes da cessão onerosa.

A proposta de criar novo leilão do pré-sal este ano foi feita na segunda-feira, durante reunião entre representantes do ministério, da ANP e do TCU para discutir o futuro dos dois blocos da Bacia de Santos que o tribunal retirou da última licitação. A ANP vai propor a realização da 5ª Rodada do pré-sal ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) este mês.

Ontem, a ANP também aprovou a inclusão de mais de mil blocos exploratórios no segundo ciclo de oferta permanente - mecanismo pelo qual o órgão regulador coloca à disposição do mercado, permanentemente, uma lista de campos devolvidos à União e blocos exploratórios ofertados em licitações anteriores e não arrematados. A previsão é que petroleiras possam iniciar as aquisições por meio da oferta permanente ainda este ano.

A ANP já havia incluído 846 blocos na oferta permanente. Para o segundo ciclo, foram selecionados 1.054 blocos de 20 bacias sedimentares terrestres e marítimas. Os blocos selecionados serão divulgados até o dia 30. Até o fim do ano, a ANP divulgará as regras para participação e os parâmetros técnicos e econômicos do segundo ciclo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Preços em leilão A-4 reforçam tendência de queda de custos

As distribuidoras de energia contrataram ontem pouco mais de 1 gigawatt (GW) de potência de projetos de fontes renováveis a preços consideravelmente baixos, graças a grande oferta e aos projetos que ficaram represados entre 2015 e 2017. Enquanto o preço médio da fonte eólica, de R\$ 67,70 por megawatt-hora (MWh), não deve ser considerado uma nova referência para o setor, especialistas e investidores ouvidos pelo **Valor** apontam que o preço médio da energia solar, de R\$ 118,07/MWh, indica um novo patamar para os projetos desta fonte, podendo causar preocupações no futuro.

O leilão A-4, com entrega dos projetos em 2022, contratou 356,19 megawatts (MW) médios de garantia física - que é a energia assegurada realmente vendida -, ou 1,024 GW de potência. A fonte solar foi o grande destaque do certame, ao vender 806 MW de potência. O preço médio de R\$ 118,07/MWh representou

desconto de 62,16% ante o máximo de R\$ 312/MWh estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

"O patamar de preços obtido contribuirá de forma determinante para segurar a alta das tarifas e trazê-las novamente ao patamar razoável", disse Luiz Barroso, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ao **Valor**. "Compramos [energia] eólica e solar a preços nunca antes visto neste país e dentre os melhores preços obtidos no mundo", completou.

A francesa EDF Energies Nouvelles (EDF EN) foi a única vencedora da fonte eólica, ao contratar 114,4 MW por meio de um projeto na Bahia, desenvolvido pela Casa dos Ventos. O preço recorde da energia, de R\$ 67,70, teve deságio de 73,49% em relação ao máximo de R\$ 255/MWh.

Segundo Lucas Araripe, desenvolvedor de novos negócios da Casa dos Ventos, a companhia chegou a cadastrar outros projetos com outros parceiros, mas não obteve sucesso no certame.

Para viabilizar o projeto nesse patamar de preços, a EDF pretende investir R\$ 500 milhões, abaixo dos R\$ 630 milhões estimados pela Aneel. Ao **Valor**, o diretor-geral da companhia no Brasil, Paulo Abranches, explicou que o preço ofertado foi resultado de uma combinação de fatores, entre eles a possibilidade de negociar energia do empreendimento no mercado livre e a oportunidade de contratar turbinas eólicas por um preço mais atrativo.

No mercado, a informação era de que o fornecedor das turbinas dos quatro parques é a Vestas. Nenhuma das duas companhias confirmam a informação.

A EDF vendeu 33,4 MW médios da garantia física de 57,7 MW médios do projeto. Isso significa que o restante poderá ser vendido no mercado livre de energia, a um preço mais atrativo.

A Aneel vai acompanhar de perto a construção dos projetos licitados para garantir que não haja atrasos

Com o resultado de ontem, o portfólio da empresa no país cresce para cerca de 700 megawatts (MW) instalados, dos quais 400 MW de energia solar e 300 MW de eólicas. "O Brasil é um país estratégico para a EDF EN. Temos muito interesse no Brasil, em particular em energia renováveis, tanto eólica quanto solar", afirmou o executivo.

"É importante que esse preço não vire uma referência para os próximos leilões, foi um caso específico", disse Thais Prandini, diretora executiva da consultora Thymos Energia. Segundo ela, o caso da energia solar é outro. "A tendência é de queda mesmo, no mundo todo e no Brasil", disse.

A maior vencedora nesse segmento foi a Canadian Solar, que vendeu 289 MW em projetos localizados em Minas Gerais e no Ceará. A Steelcons, pouco conhecida no setor, contratou 270 MW de potência. A empresa prevê investir R\$ 900 milhões no projeto, localizado no Ceará, total inferior ao estimado pela Aneel, de R\$ 1,2 bilhão. A comercializadora Kroma vendeu 66,9 MW em projetos em Pernambuco. A espanhola Elecnor vendeu outros 185 MW em projetos no Piauí.

Em entrevista coletiva concedida depois do certame, integrantes do governo demonstraram otimismo com o resultado. Segundo o diretor da Aneel Tiago Correia, o sucesso do leilão, apesar de toda a turbulência política enfrentada no país nesta semana, demonstra um "grande voto de confiança" no modelo do setor elétrico. Segundo ele, o certame não foi afetado pela agitação em torno da votação do pedido de habeas corpus do ex-presidente Lula no Supremo Tribunal Federal (STF). "O leilão, curiosamente, mostrou que há uma resiliência grande no setor elétrico", afirmou.

Segundo Correia, a Aneel vai acompanhar de perto o desenvolvimento dos projetos licitados, a fim de garantir que sejam implementados sem atrasos.

O coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, Nivalde de Castro, defendeu os preços praticados e o modelo dos leilões.

"Diferentemente do passado, quando havia a crítica das tarifas patrióticas [aceitas pelas estatais], hoje são empreendedores privados que sabem fazer contas e que não têm nenhuma motivação política para colocar seus recursos nos leilões", disse.

"O interessante é que nenhum dos ganhadores é operador de unidades solares de longo prazo, todos desenvolvem e vendem os projetos", disse Camila Ramos, diretora e fundadora da Clean Energy Latin America (Cela).

A Canadian Solar, que é sediada no Canadá mas comandada por executivos chineses, ainda não decidiu se vai manter os projetos ou vendê-los. A decisão deve ser tomada nos próximos quatro anos, quando os parques solares poderão ter as obras antecipadas, dependendo do desempenho dos preços de energia no mercado à vista.

Ao **Valor**, o diretor-geral da Canadian Solar na América do Sul, Hugo Albuquerque, apontou outro motivo de preocupação: o preço do silício, que compõe as placas solares, no mercado internacional. "Ninguém sabe como o mercado vai se comportar daqui quatro anos. Se houver outra alta de preços do silício como no ano passado, o leilão ficará comprometido."

De acordo com Albuquerque, a Canadian Solar é a única empresa de grande porte que até hoje participou e saiu vencedora em todos os leilões de energia solar no país. "Não podíamos ficar de fora", disse, lembrando que o compromisso da companhia com o Brasil é de longo prazo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Fabricante de equipamento já esperava resultado fraco

Fornecedores da indústria de energia eólica consideraram o resultado do leilão de ontem fraco do ponto de vista de contratação de energia. Na avaliação de alguns fabricantes, porém, o baixo volume já era esperado.

"Já tínhamos expectativa de que seria um leilão fraco. Estávamos um pouco confortáveis porque no ano passado fomos muito bem. Já temos um volume [de encomendas] considerável para executar", afirmou o diretor comercial da alemã Nordex no Brasil, David Lobo.

A Nordex vai inaugurar amanhã uma fábrica de torres eólicas em Lagoa do Barro, no Piauí. Com investimento de R\$ 30 milhões, a unidade terá capacidade para produzir 80 torres por ano, proporcionando capacidade anual de 250 megawatts (MW).

A fábrica está localizada dentro do complexo eólico de Lagoa do Barro, que pertence à Atlantic Energias Renováveis. A Nordex fornecerá 195 MW em equipamentos para a geradora. Com a encomenda da Atlantic, o total de aerogeradores fornecidos pela companhia alemã no Brasil alcançará 1,2 gigawatts (GW) até o fim do ano.

Já o presidente da fabricante dinamarquesa Vestas no Brasil, Rogério Zampranha, disse ter ficado decepcionado com o baixo volume de energia eólica contratado no leilão A-4. Segundo ele, dado o preço baixo da energia eólica, era para a fonte ter tido um volume maior de contratação em relação às outras fontes.

O executivo também defendeu que, ao invés de se contratar térmicas para complementar a intermitência da produção eólica, sejam contratadas ainda mais eólicas, o que permitiria um preço mais baixo ao consumidor. "Em virtude do baixo preço da eólica, poderia serem implementados três vezes mais projetos eólicos do que temos e ainda assim seria mais baixo do que térmicas a gás."

Com relação ao próximo leilão A-6, ainda sem data, Zampronha disse que o certame deve ter um volume negociado maior que o último do tipo realizado em 2017. "O ambiente de recuperação econômica está configurado", afirmou. "Temos que nos preparar para uma retomada do país mais forte do que originalmente pensávamos no ano passado".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Fernanda Pires | De São Paulo

Título: Leilão de porto no Pará deve atrair Liquigás

No primeiro leilão de transportes do ano, a Companhia Docas do Pará (CDP) realiza amanhã licitação para conceder à iniciativa privada a exploração de três áreas no porto de Belém (PA) para armazenagem e distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP). Conforme o **Valor** apurou, foram entregues propostas para duas áreas. A terceira, hoje operada pela Paragás, ficou sem oferta.

A distribuidora Liquigás é considerada presença certa na concorrência. A empresa já opera um dos lotes que serão concedidos e não tem interesse em perder o negócio, de alta relevância para a região. As instalações integram a rede de distribuição de abastecimento de GLP para a região metropolitana de Belém, insumo essencial para a população e utilizado em 95% dos domicílios.

As propostas de preço serão abertas na B3, em São Paulo, a partir das 10 horas. O leilão consta do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), do governo federal.

Vence quem der o maior valor de outorga pelos arrendamentos, que serão válidos por 20 anos. Um mesmo proponente pode apresentar oferta para todas os lotes, contudo só poderá arrematar um.

Participarão do leilão em viva-voz, podendo apresentar lances nessa etapa, as proponentes classificadas cuja oferta atenda a pelo menos uma das condições: esteja entre as três maiores ou o valor da oferta seja igual ou superior a 90% da maior proposta.

As três áreas ficam no chamado retroporto, sem acesso direto ao cais. São abastecidas por dutos conectados ao terminal operado pela Transpetro, que, por sua vez, se liga, também por dutos, ao píer. Cabe ao terminal explorado pela Transpetro fazer a movimentação portuária e a armazenagem primária do GLP.

Os lotes são denominadas BEL05, BEL06 e MIR01. Apesar das nomenclaturas distintas, ficam no mesmo local. O BEL05 e o BEL06 estão operacionais, sendo explorados pela Liquigás Distribuidora e Paragás Distribuidora, respectivamente.

O único que está ocioso é o MIR01. A área não tem instalações, por isso quem arrematá-la terá de implantar um terminal. São 25,4 mil metros quadrados e o investimento previsto é de R\$ 65,6 milhões, valor na data-base de abril de 2017. Quem arrematar deverá pagar R\$ 81,1 mil por mês à administração do porto (CDP).

Com 33,9 mil metros quadrados, a BEL05 demandará investimentos estimados em R\$ 51 milhões. O vencedor deverá pagar R\$ 216,8 mil por mês à CDP. A BEL06, que deu vazia, tem 32,2 mil metros quadrados e necessitaria R\$ 51,5 milhões em desembolsos. Quem arrematasse teria de pagar à CDP o montante de R\$ 259 mil por mês.

Após ser recebido pelos terminais de retroporto, o GLP é armazenado em tanques secundários próprios e envasado em botijões que são expedidos em caminhões. A modelagem do estudo do leilão considerou apenas as operações realizadas dentro das áreas. Deixou de fora atividades como frete rodoviário, pontos externos de armazenagem e venda dos botijões. Também não considerou os dispêndios para aquisição de parque de botijões personalizados.

Por isso, um eventual novo entrante terá um investimento adicional a fazer. "Da mesma forma que esse é o principal trunfo de quem já está operando", explica Ivam Jardim, sócio da Agência Porto Consultoria.

A taxa interna de retorno é de 7,18% ao ano, calculada pela Antaq, a agência reguladora do setor.

VEÍCULO:	Valor Econômico
-----------------	------------------------

Seção:	Empresas
---------------	-----------------

Autor:	
---------------	--

Título:	Curtas
----------------	---------------

Projetos da Karoon

A Karoon concluiu a fase de avaliação das descobertas de Echidna e Kangaroo, no pós-sal da Bacia de Santos, e anunciou a declaração de comercialidade dos dois campos. A empresa apresentou o relatório final da avaliação dos blocos S-M-1037, S-M-1101, S-M-1102, S-M-1165 e S-M-1166 e aguarda a aprovação da ANP. A expectativa da empresa é que o relatório seja aprovado em 60 dias. A

Karoon ainda vai apresentar à agência o plano de desenvolvimento. A decisão de investimentos no projeto está programada para o fim de 2018.

GLP mais barato

A Petrobras reduziu em 4,4% os preços do botijão de gás 13 quilos (P-13) nas refinarias. O reajuste é válido a partir de hoje. O botijão de gás liquefeito de petróleo (GLP) foi reajustado para R\$ 22,13, sem tributos. Em janeiro, a Petrobras anunciou uma mudança na metodologia de precificação do P-13. Desde então, o botijão passou a ser reajustado trimestralmente, e não mais mensalmente. A Petrobras passou também a adotar uma média móvel no cálculo dos preços. O período de apuração das cotações internacionais e do câmbio que definirão os percentuais de reajuste passou a ser a média dos doze meses anteriores ao período de vigência, e não mais uma variação mensal.

Cálculo do Sindigás

O Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindigás) estima que, com o reajuste anunciado pela Petrobras nos preços do botijão de 13 quilos, a estatal esteja praticando preços 2,2% acima da paridade internacional. Segundo o Sindigás, o reajuste nas refinarias oscilará de 5,1% a 3,6%, de acordo com o polo de suprimento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Siderúrgicas perdem mercado para importado

As maiores produtoras de aços planos do país perderam espaço para os produtos importados durante o ano passado. O **Valor** compilou dados dos balanços das empresas em 2017 - o último deles, publicado na semana passada - e os números setoriais, divulgados pelo Instituto Aço Brasil, e constatou que Usiminas, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e ArcelorMittal responderam por uma menor fatia do consumo aparente de produtos siderúrgicos ante 2016.

O aquecimento, principalmente do setor automotivo, ajudou a elevar a demanda por produtos planos, como chapas de aço. Mas, ao mesmo tempo, a política de recomposição de preços das siderúrgicas ajudou a atrair mais importações. As usinas promoveram reajustes que deixaram aço nacional durante grande parte do ano perto de 10% mais caro que o estrangeiro - um "prêmio" considerado no limiar do incentivo à concorrência.

Por outro lado, analistas e as próprias companhias enxergam espaço para aumentos, caso a cotação internacional siga elevada. Até agora, o efeito esperado do protecionismo americano sobre os preços chineses - principais exportadores ao Brasil - não se materializou. Em muitos casos, como na bobina a quente e a frio, o prêmio está em aproximadamente 5%. A CSN, inclusive, aposta em aumento para o segundo semestre.

A Usiminas, maior fabricante brasileira de aços planos, conseguiu recuperar em 2017 parte do mercado que havia perdido nos anos anteriores. Mas sua participação na demanda total por aço encolheu por conta da fatia da recuperação do setor que foi abocanhada pelos estrangeiros.

Os dados mostram que no ano passado a companhia vendeu cerca de 35% do volume que as nacionais destinaram ao mercado interno. No começo da década, essa proporção havia se aproximado de metade, mas caiu paulatinamente até a mínima recente de 33%, em 2016.

Se houve alta em relação às vendas, a Usiminas perdeu espaço no consumo aparente. O grande motivo para esse recuo, de 31% em 2016 para 30% em 2017, foi a inundação de aço importado no mercado brasileiro.

O consumo de aços planos subiu aproximadamente 1,2 milhão de toneladas em 2017, para 11,4 milhões de toneladas, mas o índice é composto de produtos nacionais e estrangeiros e a importação respondeu por mais da metade dessa alta, ou 615 mil toneladas. Por isso, a fatia de importados foi de 8% para 13%.

Todas as fabricantes de planos sofreram com esse retorno da importação com mais força que no turbilhão da crise. Mas apesar de a retomada das compras de aço do exterior ter sido rápida, a penetração de 13% está em linha - e até levemente abaixo - com o que se observou ao longo da história. Em 2013 e 2014, por exemplo, ela rondava os 16%, e antes, no fim da década passada, chegou a responder por um quarto da demanda.

A CSN, vice-líder do segmento de planos, viu a fatia de mercado cair nas duas comparações. A porcentagem das vendas internas foi de 28% em 2016 para 26% em 2017 e no consumo, de 25% para 23%.

Já a terceira colocada, ArcelorMittal, passou de 25% para 24% em uma comparação e de 23% para 21% na outra, respectivamente. Neste caso, o cálculo é aproximado de acordo com o nível conhecido de exportação das operações brasileiras da Arcelor, já que o grupo com sede em Luxemburgo não divulga números tão detalhadamente.

O aumento da demanda por aço plano se deveu principalmente à atividade mais aquecida das montadoras no ano passado. As fabricantes de veículos elevaram

o nível produtivo principalmente para exportar. A Usiminas é a maior fornecedora do metal para carros, em grande parte com a venda de aços galvanizados - ou banhados a zinco, com efeito anticorrosivo.

No segmento de longos, a persistente ausência de grandes lançamentos imobiliários e a paralisia em infraestrutura voltaram a derrubar o consumo. A baixa foi de 2%, para 7,1 milhões de toneladas. A Gerdau, até então maior dessa área, teve redução de sua participação, de 37% para 36,5%.

É difícil antever como ficará a fatia de mercado da ArcelorMittal, hoje vice-líder, após a união com a Votorantim Siderurgia por conta do baixo grau de abertura dos dados, mas o que se sabe é que a nova companhia assume a ponta no ranking de maiores vendedoras de longos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Reflexo no mercado de etanol é incerto

A inclusão do etanol na lista dos produtos americanos que a China sobretaxará como represália às taxas sobre o aço está deixando o mercado brasileiro do biocombustível desnorteado. Se por um lado os importadores chineses terão que buscar o etanol em outra origem, o que poderia estimular as exportações brasileiras, os EUA terão excedente. Isso significa que as importações do Brasil podem aumentar.

A China já taxa as importações de etanol em 30%, e ainda assim vinha aumentando os volumes adquiridos nos primeiros meses do ano. E, mesmo que a alíquota seja maior em 15%, o etanol americano ainda poderia ter espaço, segundo Plinio Nastari, presidente da consultoria Datagro.

Ele calcula que o biocombustível dos EUA chegue hoje nos postos chineses a US\$ 730 o metro cúbico, ante um preço interno de US\$ 680 o metro cúbico. "Esse impedimento temporário do etanol americano vai fazer com que o preço interno na China suba. Isso já viabiliza a importação", afirmou.

Na visão de Nastari, para que o Brasil aproveite janelas de exportação é preciso que a produção abasteça a demanda interna - em alta nos últimos meses - e ainda gere excedente. "Não dá para imaginar que o Brasil vai abraçar mercados, faz quase dez anos que a produção de sacarose está estagnada." Ele disse que há outros países que podem exportar etanol à China, como o Paquistão e a Austrália, que têm excedentes.

Um trader que preferiu não se identificar disse que o Brasil pode exportar à China desde que os importadores do país paguem mais que o mercado brasileiro, e se o etanol nacional for competitivo ante o americano.

Em contrapartida, ao "perder" a China como cliente - ao menos no curto prazo -, o excedente americano deve pressionar os preços nos EUA. Assim, haverá poucas opções para o produto além do Brasil. "É onde tem demanda e é um mercado grande", afirmou o trader.

Um aumento das importações de etanol americano derrubaria os preços do produto no Brasil e teria consequências negativas sobre a situação financeira das usinas, já que nesta safra o plano do setor é priorizar a produção do biocombustível, ressaltou João Paulo Botelho, analista da INTL FCStone.

Ainda que os dois movimentos ocorram, os embarques à China aconteceriam durante a safra brasileira e as importações, na entressafra, disse. "As usinas reduziram as vendas no período de maiores preços e aumentariam no de preços mais baixos. Dificilmente haveria um ganho líquido ao setor", avaliou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento - Brasil - Países Árabes

Autor: Jacilio Saraiva | Para o Valor, de São Paulo

Título: Bloco faz esforço para aumentar uso de fontes renováveis

O Brasil e países do bloco árabe pisam no acelerador para explorar novas fontes de energia limpa, como eólica, solar e o etanol. "Estamos em um momento de grande preocupação no planeta, com mudanças climáticas frequentes, e o apelo aos recursos renováveis é cada vez mais importante no mundo", analisa Suani Coelho, professora da área de energia e meio ambiente da Universidade de São Paulo (USP), em palestra no Fórum Econômico Brasil-Países Árabes. Empresários da Argélia e dos Emirados Árabes Unidos estão procurando parceiros e fornecedores de tecnologias limpas.

"Vivemos de energias renováveis e queremos que as empresas brasileiras participem desse movimento", diz Saeed Beljafla, gerente sênior de relações governamentais da Agência de Água e Energia de Dubai (DEWA, na sigla em inglês). O Emirado incentiva o uso de carros elétricos e tem mais de cem estações de recarga, com a meta de chegar a mais de 200 unidades, até 2020. "Vamos construir cidades sustentáveis para as próximas gerações."

Um dos principais projetos na área é o parque solar Mohammed bin Rashid Al Maktoum (MBR), inaugurado em 2012 e considerado um dos maiores do mundo. Com área de 214 quilômetros quadrados, pretende acumular 1 GW de

capacidade solar até 2020 e oferecer eletricidade para mais de 130 mil pessoas. Depois, até 2030, o complexo ganhará 5 GW de capacidade, incluindo 1 GW de força heliotérmica (uso e acúmulo do calor proveniente dos raios solares). A meta é que Dubai alcance, até 2030, um patamar de 25% de energia proveniente de fontes renováveis, chegando a 75% em 2050.

Para Ahmed El Antri Tibaoui, CEO da associação de empresas World Trade Center - Argélia, os Países Árabes, conhecidos pela expertise em petróleo e gás, estão mudando de rota no campo energético por conta da crise no preço dos combustíveis e da pressão mundial pela exploração de energias limpas. "Além da Argélia, Catar, Tunísia, Arábia Saudita e Abu Dhabi estão investindo mais nesse nicho", diz.

Vinte e cinco por cento da energia consumida em Abu Dhabi já vêm de fontes renováveis e o Emirado tem exportado novas tecnologias para o mundo. No ano passado, a Escócia inaugurou um parque eólico flutuante, a 24 quilômetros da costa, avaliado em R\$ 875 milhões. Foi desenvolvido pela Masdar, empresa de energias renováveis de Abu Dhabi, e a norueguesa Statoil.

Segundo o especialista, a Argélia, que tem economia dependente do gás e do fosfato, tem como meta garantir 30 GW de energias limpas até 2030. "O Brasil pode contribuir com isso, inclusive com investimentos na retomada da Rota da Seda", diz. A iniciativa, que também inclui obras em nações da Liga Árabe, como o Djibuti, prevê US\$ 100 bilhões para bancos de desenvolvimento da China financiarem obras de infraestrutura e projetos energéticos em mais de 60 países.

Para facilitar o intercâmbio de recursos e tecnologias entre os países, Tibaoui sugere a criação de um banco árabe-brasileiro ou fundos de investimento com metas definidas. "Não adianta apenas investir em quilômetros de painéis solares se não há aportes no livre-comércio", diz. "O Brasil pode desempenhar um papel importante nesse quadro, por conta da tradição no setor de biocombustíveis."

Plínio Nastari, presidente da consultoria agrícola brasileira Datagro e integrante do Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE), lembra que o Brasil quer produzir mais bioenergia. "Mais de 44% das nossas fontes energéticas são renováveis e a maior parte, ou 17,5% desse total, são obtidos da cana-de-açúcar", diz o especialista. Ele defende que iniciativas nacionais, como o RenovaBio, podem virar um exemplo para o mundo. O programa do governo federal, lançado em dezembro de 2016, tem como objetivo expandir a produção de biocombustíveis.

"Essa iniciativa não só atende objetivos ligados ao clima, mas também gera empregos, que é o que vai faltar no planeta, nos próximos anos", diz. Segundo ele, a fixação de trabalhadores no campo, por conta de atividades ligadas à produção de biocombustíveis, entra nessa fatura. "O Brasil já evitou US\$ 416 bilhões em importações de gasolina por conta da produção do etanol."

Nesta semana, o **Ministério de Minas e Energia** anunciou que quer atrair investidores estrangeiros para os certificados de biocombustíveis (Cbio), previstos no RenovaBio. Os selos são instrumentos financeiros usados para remunerar os produtores com base na eficiência ambiental dos recursos de origem biológica. A expectativa é que o governo apresente uma regulamentação até 2019, para que distribuidores de combustíveis possam adquirir certificados.

MME / ASCOM .